

As novas e as velhas imagens das cidades: um olhar sobre a transformação identitária de cinco cidades portuguesas

Carlos Fortuna; Paulo Peixoto

Introdução

“Lisboa diverte-se, o Porto trabalha, Coimbra estuda, Braga reza”. Que há de verdade neste conhecido rifão recenseado por Falcão Machado na sua *Geografia Rifoneirista de Portugal* (1974)? Tratando-se de simplificações de uma realidade mais complexa, este tipo de expressões mnemónicas resumem a identidade das cidades a um estereótipo produzido a partir da selecção de características marcantes e evidentes dos lugares em causa. A sua primeira função é a de enunciar as supostas características e qualidades de um objecto que, pelo menos em aparência, fazem com que ele não se confunda com outro.

Embora facilitem o reconhecimento imediato de uma realidade e se afirmem, nessa medida, como um dos seus traços identitários, os estereótipos reduzem e simplificam a complexidade dessa realidade e, não raramente, oferecem dela uma visão extremada, simplista e distorcida. Pelo seu grau de familiaridade e ampla difusão social, no entanto, os estereótipos não deixam de projectar modelos de referência e representações que produzem efeitos sobre a orientação dos comportamentos, dos valores e dos sentidos atribuídos à identidade grupal. Os estereótipos constituem-se como uma importante fonte de pressão para a produção de inferências a partir da informação que veiculam, ganhando importância analítica enquanto condicionante dos processos e dos discursos representacionais.

O vasto leque de visões que um objecto pode suscitar a partir das suas múltiplas características corresponde às imagens desse objecto (Kotler *et al*, 1993). Todas as imagens traduzem modos de ver e estes são função tanto daquilo que é visto, como de quem vê (Jodelet, 1989). Cada objecto pode difundir uma pluralidade de imagens, reais ou imaginárias, instantâneas ou duradouras, de consenso ou de conflito, individuais ou colectivas. É esta pluralidade de imagens que, no limite, ao originar práticas e representações sempre desigualmente partilhadas por um grupo social, acaba por estipular os contornos da identidade de um objecto, sendo que umas, por serem mais duradouras ou mediáticas, se revelam mais operantes e outras, mais fugazes ou menos abrangentes, não são tão perceptíveis enquanto referências identitárias.

Formadas a partir de elementos materiais das paisagens urbanas, mas também de qualidades intangíveis (e às vezes imaginárias) da ambiência local, que enformam o *genius loci*, as imagens dos lugares podem, abstractamente, ser de duas naturezas distintas (Gartner, 1997). Ou são de tipo orgânico, evoluindo passivamente desde a infância através da reprodução de *clichés*, ou podem ter uma natureza induzida, na medida em que são formadas e reformatadas através da publicidade e da influência dos *media*, de operações de requalificação do espaço, da organização e promoção de eventos culturais (Santos e Abreu, 1999;

* Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais.

Ferreira, 1998), de experiências pessoais e de transformações ocorridas nas paisagens físicas e na estrutura social e económica dos lugares.

O que a intensificação do processo de globalização e as suas incidências no contexto urbano têm revelado é que nos encontramos hoje numa intensa fase de transformação identitária das cidades (Fortuna, 1997; Fortuna e Peixoto, 1997) que está a ser motivada, *grosso modo*, pela crescente necessidade de regeneração dos lugares. São inúmeras as razões desta regeneração. Desde logo, a contínua concentração populacional nos centros urbanos, mas também a transferência de poderes do Estado central para a administração local, que se faz acompanhar da procura de modelos alternativos de governação. Mas a transformação das identidades das cidades tem também a ver com a vasta e rápida difusão de referências culturais por via do desenvolvimento das telecomunicações, a transformação dos estilos de vida, a pressão para a mediatização e para a adopção de estilos empresariais de governação, com efeitos sobre as formas de organização económica e o desenraizamento das empresas, a intensificação dos fluxos de indivíduos, capitais e informação. São todos factores que, à sua maneira, se encontram na origem de desafios e soluções novos que afectam intensamente as formas da organização urbana e as identidades e os discursos representacionais das cidades (Haughton *et al*, 1999; Ascher, 1998; Brotchie *et al*, 1995; Galès, 1995; Kotler *et al*, 1993).

Em Portugal, onde algumas destas tendências se têm manifestado com maior ou menor intensidade, o processo de transformação das paisagens urbanas (e aqui referimo-nos não só ao seu aspecto material, mas também ao nível simbólico e representacional) tem sido particularmente relevante nas duas últimas décadas (Fortuna e Silva, 2001; Fortuna, 1999; Gaspar, 1998; Fortuna, 1997; Ferreira, 1997; Silva, 1995). A instauração do regime democrático, em 1974, e a posterior adesão à UE enformam um vasto processo de modernização que converte uma sociedade eminentemente rural numa sociedade predominantemente urbana. O “novo clima urbano português”, a que se refere Augusto Santos Silva (1998), caracteriza-se por um contexto social marcado pela emergência de novos modos de vida que se relacionam com novas formas de viver, imaginar e representar a cidade. O incremento da oferta cultural em cidades de média dimensão representa, acima de tudo, a ruptura com as barreiras do paroquialismo em que essas cidades estavam encerradas, quer ao nível dos processos económicos e culturais, quer ao nível simbólico e representacional de circulação de imagens e da formação do imaginário urbano local.

Compreender o processo de transformação identitária das cidades diz respeito, assim, à caracterização das dinâmicas de reprodução e recriação das suas imagens. Passa por dar conta dos referentes culturais que vão marcando a história das cidades e o modo como elas se vão estruturando material e simbolicamente ao longo do tempo. Não dispensa a identificação das figuras ou heróis locais, dos acontecimentos celebrados e os episódios de rivalidade ou estratégias de distinção que as cidades põem em marcha e alimentam. Passa ainda pela compreensão do grau de interiorização e de consensualização de símbolos da identidade local, do mesmo modo que envolve a aferição do grau de identificação e do sentimento de pertença dos residentes à cidade e a importância que esta assume nos seus projectos de vida, bem como a auto-estima que é capaz de gerar. O processo de transformação identitária das cidades passa, no fundo, por revelar os elementos que, na sua história secular, vão sendo valorizados e desvalorizados, esquecidos ou notabilizados, no plano simbólico em que as cidades se representam e são representadas.

Até que ponto estão os processos de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades médias portuguesas a fazer-se acompanhar da difusão de novas auto-imagens? Tendo por referência as dinâmicas culturais urbanas no quadro da globalização, é objectivo deste texto dar conta da importância que os

desenvolvimentos recentes da cultura urbana e a modernização económica assumem enquanto referências identitárias das cidades. A hipótese que pretendemos testar é a de que a modernização urbana em curso em algumas cidades portuguesas se faz acompanhar por um processo de imposição de novos símbolos e de difusão de novas imagens que se constitui, ele próprio, como uma das referências mais importantes dessa modernização. Hipoteticamente, e considerando que uma das consequências do cruzamento de processos locais com processos globais é a intensificação da transformação identitária das cidades, admitimos também que por mais limitados que sejam os efeitos dos elementos modernizadores das paisagens urbanas em termos de regeneração económica e de requalificação espacial eles têm um valor simbólico acrescido, uma vez que é à sua volta e, sobretudo, dos actores que os promovem que as imagens das cidades estão a ser recriadas e a identidade local a ser promovida e reforçada.

O objecto empírico a partir do qual procuramos caracterizar a transformação identitária das cidades é constituído por quatro urbes portuguesas de média dimensão: Aveiro, Braga, Coimbra e Guimarães. As razões de escolha destas cidades prendem-se, por um lado, com a sua localização geográfica (não estão integradas nas duas áreas metropolitanas e situam-se no principal eixo territorial do Continente que vai de Braga a Setúbal) e, por outro lado, com a sua natureza intermédia em termos demográficos (os seus efectivos populacionais estendem-se dos 45 000 aos 100 000 habitantes). Dada a especificidade da análise efectuada, a proximidade geográfica entre estas cidades torna-se um factor relevante, uma vez que ao nível representacional e concorrencial elas surgem frequentemente como referentes cruzados de umas face a outras. Para introduzirmos um efeito de escala e assinalarmos algumas diferenças relativamente a aglomerações urbanas de maior amplitude, recorreremos também ao caso da cidade do Porto que se apresenta como aglutinador de uma área metropolitana vasta, ao mesmo tempo que se situa num arco de grande proximidade geográfica das restantes cidades analisadas.

A trajectória analítica a desenvolver ao longo do capítulo assenta em informação empírica recolhida através da análise de monografias históricas, editadas entre os anos 20 e os anos 90 do século XX, e de outro material avulso impresso (como, por exemplo, panfletos de promoção turística), da consulta de páginas de internet tuteladas pelas Câmaras Municipais, dos resultados do inquérito próprio de 1997¹, da utilização de estatísticas oficiais e da realização de 85 entrevistas aprofundadas a informantes privilegiados que são consumidores regulares de actividades culturais nas cinco cidades inquiridas.

Dada a natureza do material empírico em que se baseia a análise de transformação identitária das cidades, torna-se necessário chamar a atenção que, quando nos referimos às imagens presentemente difundidas pelas cidades em estudo, nos estamos essencialmente a reportar a lógicas de auto-representação elaboradas pelos seus residentes. Veremos que destas lógicas de auto-representação, e do seu confronto com outros referentes identitários veiculados pelas monografias históricas, emerge uma pluralidade de imagens que invalida qualquer caracterização nominalista decorrente directamente dos

¹ O inquérito foi aplicado no âmbito da investigação realizada através do projecto “A sociedade portuguesa perante os desafios da globalização: **modernização económica social e cultural**” [PCSH/C/SOC/1110/95] e foi coordenado por Carlos Fortuna e Augusto Santos Silva. Os resultados gerais do inquérito estão publicados em Silva *et al* (1999), Santos *et al*, (1999), Silva *et al* (1998) e Santos *et al* (1998). As conclusões gerais da investigação serão publicadas em livro a editar, em 2002, pelas edições Afrontamento sob o título *Projecto e circunstância: culturas urbanas em Portugal*.

estereótipos consagrados, do tipo dos que “identificam” uma cidade porque se “diverte”, ou “trabalha”, ou “estuda” ou “reza”.

A análise que a seguir desenvolvemos estrutura-se em dois grandes eixos. Num primeiro momento de cruzamento do material empírico, procuramos revelar as principais imagens que as cidades em estudo têm vindo a difundir e que se têm convertido, frequentemente através de processos de estereotipação, em verdadeiras imagens de marca, no sentido em que se afirmam como a característica identificadora mais comum e recorrente dos processos de referenciação e de distinção. Num segundo momento, em que nos voltamos mais para o presente e para os actores e os processos da transformação identitária em curso nas cidades em análise, pretendemos demonstrar que à volta dessas imagens de marca estão a ser recriadas, num processo feito de rupturas e de continuidades, novas imagens que, em termos de cultura urbana, se caracterizam por procurar fomentar um certo sentido de urbanidade e cosmopolitismo e reforçar a identidade local. Pelo confronto entre imagens mais antigas e as representações recentes que decorrem dos processos de modernização procuramos recensear o poder simbólico dominante nas dinâmicas de transformação das paisagens urbanas, de modo a darmos conta das lógicas de reprodução ou de substituição dos protagonistas que maior influência exercem na construção das imagens que as cidades projectam.

1. Imagens que a história fixou

1.1 A Veneza portuguesa

As letras das músicas do Rancho das Salineiras (1953), da década de 50, desde a marcha “Luza Veneza” ao hino “Sal de Aveiro”, assim como algumas quadras populares integradas numa monografia de António Júlio Carrancho (s.d.), reproduzem aquele que é um dos estereótipos mais conhecidos da cidade de Aveiro: a Veneza portuguesa. Esta imagem metafórica, às vezes ridicularizada por procurar revestir Aveiro de uma aura e de um simbolismo imponentes que depois são de alguma forma miniaturizados e suavizados pelo adjectivo “portuguesa” (Sarmiento, 1963), revela a centralidade que a Ria assume nos discursos representacionais da cidade.

Quando se compara as monografias históricas de Aveiro com as das outras cidades estudadas há um facto que se salienta. Apesar de ser evidente, o peso da história parece não ser, em Aveiro, a característica identitária omnipresente que é nas outras cidades. Nem os monumentos e outras construções arquitectónicas se afirmam como símbolos da identidade local com a mesma imediação que ocorre nas outras cidades.² O património histórico, que é um recurso identitário em todas as cidades, não é, em Aveiro, um património construído. O património histórico da cidade é a Ria, que se assume como a imagem de marca da cidade e que se constitui como o seu coração, desempenhando o mesmo papel simbólico que os centros históricos desempenham noutras cidades.

É este património natural que sobressai como principal elemento identificador. Não tendo uma história feita de grandes eventos ou momentos épicos, é da Ria e

² Nas palavras de José Hermano Saraiva, “é uma história [a de Aveiro] sem gregos nem romanos, sem castelos afonsinos, quase sem nomes de heróis. Os personagens fundamentais aqui são o mar, a ria, o sal; e só depois, num plano muito secundário, podemos distinguir um ou outro nome: o Infante das sete partidas, D. Afonso V, a princesa Santa Joana, o tribuno José Estêvão” (1987).

dos misteres a ela ligados que emergem os símbolos da cidade. “Os primeiros e principais monumentos a ter em conta deverão ser a Ria e os seus canais, as salinas e as marinhas que as rodeiam” (GCA, 1989). Associado à Ria evidencia-se um conjunto de símbolos que valem a Aveiro a designação de “Cidade Aquática” (GCA, 1989). Desta imagem fazem parte a luz, o mar, o barco moliceiro e as salinas. Na verdade, desde a morfologia física aos modos de vida tradicionais que ganham valor simbólico e representacional nas monografias históricas, tudo o que explica e identifica Aveiro está de algum modo ligado à Ria. A Ria que espelha a luminosidade que configura uma paisagem citadina singular (Cerqueira *apud* GCA, 1989). A Ria dos pescadores, dos apanhadores de moliço, dos marnotos ou dos salineiros que deu origem a actividades comerciais ou profissionais bem como a sociabilidades que moldam a identidade local.

A um segundo nível representacional, Aveiro é conhecida como a “Capital do barroco”. Não sendo uma cidade monumental, o seu património arquitectónico é, como noutras localidades marítimas e piscatórias, essencialmente de carácter religioso. O Museu de Aveiro aparece nas monografias como o monumento mais significativo da cidade. O facto de ser rico em arte sacra do período barroco, com um dos espólios mais valiosos existentes em Portugal, acaba por granjear essa fama de “Capital do barroco” que ao nível da análise monográfica não se torna tão insinuante quanto a de “Cidade Aquática”.

A valorização simbólica do Museu de Aveiro e do Mosteiro de Jesus, o antigo convento onde está instalado, deve-se à sua ligação à personalidade histórica mais representativa de Aveiro: a Princesa Santa Joana que aí viveu, está sepultada e dá o nome à rua na qual o museu está situado. Santa Joana é a padroeira religiosa de Aveiro, o dia da sua morte é feriado municipal, as festas do município têm o seu nome, dá nome a uma paróquia, a vários templos e a variadíssimas instituições, associações e estabelecimentos (Gaspar, 1997). A sua presença nas monografias históricas é incontornável e só José Estêvão, considerado por Alberto Souto (1952) como o patrono cívico de Aveiro, e por vários autores como o cidadão mais ilustre da cidade, adquire, depois da Princesa, relevância simbólica significativa entre as figuras históricas representativas de Aveiro.

Uma imagem mais recente e menos divulgada de Aveiro, mas presente nas monografias, é a de “Pátria do Azulejo”. “Se bem que se produza em Aveiro, uma grande variedade de produtos artesanais — latoaria, madeira, trapos, ferro forjado, cestaria, rendas ou bordados —, a cerâmica continua a ser a arte tradicional mais representativa e de maior qualidade.” (<http://www.ua.pt/cmaveiro/>, 1998). O edifício que resta da fábrica Jerónimo Pereira Campos, que é, simultaneamente, o centro de congressos, o centro cultural e o Centro de Formação Profissional de Aveiro, é cada vez mais um símbolo da tradição da olaria/azulejaria que é, ele próprio, uma marca da identidade local.

Por fim, uma referência à gastronomia para salientar um dos símbolos mais reconhecidos de Aveiro. A gastronomia não é nas monografias uma das imagens mais divulgadas de Aveiro. Francisco Magalhães (*apud* GCA 1989) destaca, no entanto, alguns pratos de peixe, reavivando a importância da Ria e do Mar, e, inevitavelmente, a doçaria conventual onde os ovos-moles são um sinónimo de Aveiro. A barrica dos ovos moles com um moliceiro pintado afirma-se como o *ex-libris* aveirense, uma vez que nesse objecto se reúnem simbolicamente “o talento freirático da doçaria, a reminescência da carregação dos navios e a sugestão da ria apresentada pelo seu barco emblemático” (Saraiva, 1987).

1.2 A cidade dos arcebispos

O Brasão da cidade de Braga é constituído por um escudo oval, com uma imagem da Virgem com o menino nos braços, ladeada por duas torres e, como timbre, a Mitra Pontifical. Aqui como noutros ícones que simbolizam Braga, a cidade confirma o seu estereótipo de “a cidade que reza”, “a cidade dos arcebispos”.

A conhecida expressão “mais velho que a Sé de Braga” permite-nos identificar os dois principais traços identitários que sobressaem da análise monográfica. A “velha, muito considerada e antiquíssima cidade de Braga” (Dinis, 1965) é, primeiro que tudo, representada como uma cidade histórica. A omnipresente vetustez bracarense apresenta-se como o paradigma da antiguidade portuguesa, “o último longe que a nossa história consegue enxergar” (Saraiva, 1987). Por outro lado, é uma cidade histórica marcada pela religiosidade desde que em meados do século XI se tornou a terra dos arcebispos, denominados “Senhores de Braga”, que mantiveram a sua governança até 1792. Não é só a Sé de Braga que aparece nas monografias como um dos principais símbolos da cidade, assim como o Santuário do Bom Jesus, é também a importância que os arcebispos assumem enquanto personagens históricas e o facto de Braga ser a cidade portuguesa que celebra a Semana Santa com mais esplendor e sumptuosidade.

Braga é também a cidade que se orgulha de ser a capital de uma Região (a “Província do Minho”) onde a história de Portugal viu escritas algumas das suas mais belas páginas de heroísmo. Desde os episódios da fundação da nacionalidade a eventos mais recentes, como a segunda invasão francesa ou as lutas entre liberais e miguelistas, em que Braga serviu de quartel general dos conservadores, a cidade reclama o seu lugar de palco de alguns dos principais e mais intensos acontecimentos que talharam a história de Portugal. A vetusta e religiosa Braga é, na história portuguesa, um timbre do conservadorismo. Foi este conservadorismo que se tornou propício ao estabelecimento da corte de D. Miguel, em 1832, e à eclosão, em Terras do Minho, em 1846, de um fortíssimo movimento conservador: a Maria da Fonte (Nunes, 1989). A dimensão tradicionalista da cidade estende-se ainda às inúmeras romarias populares que representam o Minho como o repositório do carácter genuinamente portugueses.³

Mas a Braga que, nos princípios da última metade do século XIX era uma cidade provinciana, praticamente isolada, sofreu, por essa altura, o abanão do progresso (Costa, 1982). As estradas que a puseram em contacto com o Alto Minho, o litoral nortenho, as cidades transmontanas e o Porto desenvolveram subitamente o comércio e a indústria, difundindo assim uma nova imagem da cidade que vai ganhando terreno à imagem de cidade histórica e religiosa. Este confronto de imagens é também um confronto entre velhos e novos símbolos em que os primeiros vão perdendo visibilidade em relação aos segundos. A evolução recente de Braga revela, aliás, que não há modernização urbana sem a imposição de novas marcas simbólicas. Esta transformação identitária é notória na observação que José Hermano Saraiva faz em meados dos anos 80. “Há movimento, a cidade está viva, prédios novos, montras bem postas, mas a catedral onde se teria metido? E esses arcebispos todos; e as vielas do burgo medieval, estreitas como fendas, robustas como muralhas?” (1987). A Braga moderna, comercial e industrial, é simbolicamente representada pelos têxteis, as confecções e a construção civil (Saraiva, 1987; GCB, 1985). É uma cidade a crescer, onde o futuro é chamamento tão vigoroso como o passado” (Saraiva, 1987), e é este crescimento urbano que se constitui como um dos seus traços identitários mais recentes e marcantes.

³De acordo com Eduardo Pires de Oliveira, o S. João de Braga é a maior romaria popular minhota e, por isso, a maior romaria popular portuguesa (1983).

Como veremos adiante, uma das imagens mais negativas da cidade resulta deste crescimento urbano recente. Outra imagem negativa da cidade presente nas monografias históricas advém-lhe das características dos seus habitantes, algumas vezes acusados de se consagrarem excessivamente ao luxo e às suas vidas privadas e de não serem coesos nem se identificarem à cidade.⁴ Calderon Dinis (1965) afirma que “muitos dos moradores de Braga desdizem da terra onde vivem e exercem actividade: são insatisfeitos e não merecem o nome de bairristas apaixonados, como, em geral, são — e honra lhes seja — os nossos vizinhos de Guimarães.”

1.3 A cidade dos estudantes

Coimbra, a “Lusa Atenas”, é uma das mais míticas e lendárias cidades portuguesas. À excepção de Lisboa, nenhuma outra cidade mereceu a atenção de tantos poetas e escritores portugueses ilustres. Como lembra Miguel Torga, estudante e habitante de Coimbra, foi daí “que saíram Camões, Garrett, Antero, Eça, António Nobre, Afonso Costa e outros”. Por isso, Coimbra é uma cidade “cheia de sentido nacional. Não há nenhuma mais bela no país, e muito do que a Nação fez de bom e de mau fê-lo aí, ou teve aí a sua génese” (1950). Fernando Namora recorda também que “Coimbra é uma cidade de grandes tradições: históricas, políticas, culturais, literárias, populares”, para acrescentar que “não houve no nosso país revolução política ou movimento cultural que não encontrasse entre os estudantes de Coimbra apoio ou reflexo” (1943). Uma das grandes tradições é, por exemplo, o *Fado de Coimbra*, mitificador, ele próprio, da história da cidade e criador de personagens históricas que identificam e se tornaram símbolos da cidade.⁵ Coimbra é também a cidade que viu nascer seis dos nossos reis e que guarda as lendas da Rainha Santa e dos Amores de Pedro e Inês. É ainda, e assim é conhecida, a “Cidade do Mondego”, que “não é apenas o mais importante dos rios nascidos em Portugal. É também o mais português por ter sido sentido e cantado por quase todos os grandes poetas portugueses” (Borges, 1987).

Por tudo isto, e sobretudo pelo misticismo que a envolve, é difícil caracterizar a identidade da cidade a partir dos seus símbolos. Esta tarefa seria, aliás, impossível se os elementos identitários e representacionais de Coimbra não estivessem intimamente ligados todos à mesma fonte: a Universidade.

Com os seus setecentos anos de existência a Universidade tem em Coimbra um peso simbolicamente arrasador nos discursos representacionais da cidade. Ao longo destes séculos a “Cidade do Mondego” foi-se expandindo mas sempre tutelada por uma Universidade que a foi moldando aos seus interesses. A presença secular da Universidade deixa uma marca indelével em todos os traços identitários da cidade, desde os monumentos às personagens históricas passando pelo ritmo da própria cidade, os seus modos de vida mais característicos e específicos, a sua estrutura económica⁶ e os episódios marcantes da história local.

⁴ Nas entrevistas realizadas um certo emburguesamento da população bracarense é amiúde referido como uma das características que marca a evolução recente da cidade. “É uma cidade rica, basta dar duas voltas no centro e lojas de roupa de todas as marcas, de todos os feitios, de todos os preços, existem nesta cidade. As pessoas andam bem vestidas, gastam muito dinheiro nessa parte...” (Entrevista III, 15/1/98). “Há [em Braga] muita gente que se preocupa demasiado com o vestir, com o aspecto e com o frequentar aquele sítio” (Entrevista XXIV, 11/3/98).

⁵ Lembremos aqui, a título exemplificativo, Luís Góis, António Bernardo, António Portugal, Pinho Brojo, Adriano Correia de Oliveira, Zeca Afonso, Rui Pato, Manuel Alegre, José Niza, Luís Cília, Fernando Machado Soares, Edmundo Bettencourt.

⁶ Num CDROM recentemente editado pela Comissão de Coordenação da Região Centro defende-se que “a quase total ausência de indústria e a marcada predominância de comércio e

Nas monografias históricas Coimbra difunde uma imagem de cidade histórica e até monumental. Desde o seu símbolo mais popular, a Torre da Universidade, aos seus monumentos mais esplendorosos e emblemáticos, como a Biblioteca Joanina, a Sala dos Capelos ou a Capela de São Miguel, os principais ícones que representam Coimbra são edifícios universitários. Entre os monumentos que não estão directamente ligados à presença da Universidade, mas sim a outra presença simbolicamente significativa na cidade (presença da Igreja), distinguem-se o Mosteiro de Santa Cruz, onde jazem os dois primeiros reis de Portugal, a Sé Velha, o mais perfeito exemplo da arquitectura românica em Portugal onde D. Sancho I foi coroado e onde D. Pedro jurou ter-se casado em segredo com D. Inês de Castro (uma das personagens históricas mais representativa da cidade), o convento de Santa Clara a Nova, onde repousa a Rainha Santa (padroeira e principal personagem histórica da cidade), e a Sé Nova, que faz parte do primeiro colégio criado pelos jesuítas em todo o mundo. Não sendo representada pela sua singularidade monumental, a cidade de Coimbra é sobretudo vista como uma cidade histórica que rememora, através dos seus monumentos, algumas das personagens, dos acontecimentos, das lendas e dos actos heróicos do país. Nesta dimensão histórica integra-se também um outro símbolo da cidade: o Portugal dos Pequenitos, que é um dos locais mais visitados em Coimbra.

Um outro símbolo da cidade são os estudantes, e ainda que muitas ou todas as cidades tenham estudantes, Coimbra é, por excelência, a “Cidade dos estudantes”, ou a “Cidade dos doutores”. Uma das imagens mais distintivas de Coimbra foi, durante muito tempo, as capas e batinas. As gerações de estudantes universitários que se foram sucedendo construíram, com a sua irreverência, com a sua imaginação e com a sua centenária “Associação Académica de Coimbra”, muitas das velhas e das novas imagens da cidade. Da praxe académica à Queima das Fitas, da Latada aos grupos musicais académicos, Coimbra inspirou muito significativamente aquilo que é o novo clima urbano e cultural de algumas cidades médias portuguesas. O ritmo da própria cidade está condicionado ao próprio calendário académico e à presença ou ausência de estudantes. Inclusive ao nível da oferta cultural, dos Festivais de Teatro Universitário aos Encontros de Fotografia, é ainda no seio da Academia que emergem novas dinâmicas urbanas. Particularmente aos estudantes, Coimbra deve a imagem de cidade contestatária e reivindicativa. Em 1943, Fernando Namora sublinhava que a “tradição de luta é uma constante na história moderna da Academia de Coimbra” (Namora, 1943). Nos anos 60, com a contestação ao regime salazarista, e nos anos 90, com a contestação à “Lei do Financiamento do Ensino Superior”, essa imagem continua bem viva.

Esta imagem de cidade contestatária tem um outro símbolo a que a cidade deve muita da sua projecção nacional e internacional, também ele nascido no seio da Academia. A “Académica”, a “Briosa”, que, no mundo lusófono, do Brasil a Cabo Verde, de Moçambique a Timor, inspirou muitos clubes de futebol, que vestem de negro e a quem, na gíria, se chama estudantes. A Académica que conquistou ao Benfica a primeira Taça de Portugal de futebol em 1939. A Académica dos “pardalitos do Mondego” que afrontava o poder quase hegemónico de Lisboa e que, em plena crise académica de 1969, numa final da Taça de Portugal de futebol, foi à capital dar um abanão no regime.

Menos visível, mas identificadora da cidade, é a imagem que Coimbra dá de uma cidade dual e dividida. Dividida entre a Alta burguesa ligada à Academia, com a Universidade a ocupar o topo da colina e as “Repúblicas” a acentuarem o poder simbólico dominante, e a Baixa popular, ligada ao comércio e aos serviços.

serviços, tem a sua origem na extensão da influência que a Universidade exerce sobre a vida da cidade (CCRC, 1998).

Dividida por outro símbolo da cidade, o Mondego, o “Bazófiás”, entre a margem direita e a margem esquerda, tantas vezes esquecida. Dividida socialmente entre “Doutores e Futricas” com consequências evidentes na cadência da cidade e na segregação dos seus espaços. Nessa dimensão mítica que caracteriza a cidade, Coimbra não é apenas uma cidade dividida é uma cidade que divide, que é muitas vezes representada como uma “Cidade de passagem” em que se fica por uns anos até os estudos acabarem. Por isso, para impor a sua marca de cidade que divide, “Coimbra tem mais encanto na hora da despedida”.

1.4 A cidade berço

Guimarães é o berço da Nação portuguesa. Esta expressão metafórica que considera Guimarães como o berço da nacionalidade, embora, racionalmente falando, não consiga exprimir a complexidade histórica que inevitavelmente rodeia o nascimento de uma nação, reveste-se de um expressivo significado simbólico (Mattoso *apud* AAVV, 1998). É, numa das suas dimensões representacionais, uma cidade histórica que ganha significado a partir dos episódios ligados à fundação da Nação que ocorreram na cidade. A ligação umbilical ao momento fundador da Nação faz com que Guimarães reclame “um prestígio histórico único no país pelo seu passado e pelas preciosidades que desse tempo guarda” (Dinis, 1965). Este significado histórico faz com que a cidade honre a sua reputação de berço de uma nação celebrando anualmente alguns dos marcos históricos mais significativos da história do país. Desde as “Comemorações do dia 24 de Junho - dia um de Portugal”, em que se celebra a batalha de São Mamede, às “Comemorações do 1º de Dezembro”, em que é louvada a Restauração da Independência e prestada homenagem à estátua de D. Afonso Henriques, passando pelos festejos do 25 de Abril, Guimarães promove e rememora anualmente a sua identificação à história nacional. Apesar disso, nas monografias históricas as festividades que se salientam como as mais representativas da cidade são as Festas Gualterianas, em honra de São Gualter, o patrono da cidade, e as Nicolinas, que são as festas dos estudantes de Guimarães (Cachada, 1999; Silva, 1991).

Não obstante a centralidade dos traços identitários de cidade histórica nos discursos representacionais da cidade, e a despeito de D. Afonso Henriques ser indiscutivelmente a principal personagem histórica vista como identificadora de Guimarães⁷, a “Cidade berço” é, numa outra dimensão representacional, uma cidade industrial. As próprias Festas Gualterianas, não só por terem sido criadas no início do século por iniciativa da Associação Comercial de Guimarães, mas também por terem uma vertente comercial e industrial muito notória, simbolizam e valorizam esta dimensão representacional da cidade (Cachada, 1999). Nos anos 60 o prestígio económico de Guimarães era realçado por Calderon Dinis (1965) que se referia à cidade como uma “notável zona industrial, com fábricas de tecidos, de fiação, linhos, panos e bordados, colchas, cutelaria e curtumes, excelentes produtos que lhe dão grande prestígio económico.” Os têxteis e as cutelarias e, mais recentemente a indústria do calçado e dos plásticos, conferem a Guimarães uma imagem de cidade industrial onde predominam “impressionantes gestos de afirmação bairrista” (Garibáldi, 1971) característicos das sociabilidades operárias.

Guimarães parece assim cruzar com igual pendor uma dimensão representacional de cidade histórica — o lugar a partir do qual Portugal se tornou uma nação independente — com uma dimensão, mais recente, de cidade industrial — “a cidade que veste o país” (Saraiva, 1996). Mas é também a cidade que é apontada recorrentemente como um exemplo do casamento feliz entre essas duas dinâmicas aparentemente contraditórias. José Mattoso refere-se a

⁷ Outros símbolos relevantes da cidade a este nível são Alberto Sampaio e Martins Sarmento.

Guimarães como a cidade que “deverá constituir o exemplo para a maior parte das cidades portuguesas, no que respeita à articulação entre economia e cultura, entre passado e presente.” Porque “sendo das cidades mais laboriosas, não deixa de ser das mais ricas do ponto de vista patrimonial e cultural” (*apud* AAVV, 1998).⁸

1.5 A cidade Invicta

“Antiga, mui nobre, sempre leal, Invicta cidade”. Assim se representa o Porto no seu brasão de armas. A característica mais marcante das monografias históricas do Porto é o cruzamento constante entre a história da cidade e a história de Portugal. É esta interação incontornável que se constitui como a base mais sólida da formação de imagens da cidade. Mais do que ser representada como cidade histórica, o Porto é visto e dá-se a ver como uma cidade portuguesa, como a “capital” de um determinado Portugal: “o Porto é uma Nação”.

Na dimensão lendária da sua identidade foi o Porto que deu o nome a Portugal. “Os portuenses orgulham-se da sua história, de terem participado activamente na conquista da independência do Condado Portucalense, que tal como o nome de Portugal, advém da junção dos topónimos <Portus> (Porto) e <Cale>” (Carvalho, 1997). Na sua qualidade de “sempre leal”, o Porto aparece como o representante fiel das causas lusitanas, seja a colaborar nas Descobertas, quando daí parte a esquadra do Infante D. Henrique para conquistar Ceuta (Daciano, 1962), seja na defesa dos ideais liberais e republicanos. A imagem de portugalidade que o Porto difunde tem características específicas que são consideradas traços identitários da cidade.

O Porto é conhecido por ser uma cidade liberal e progressista, já que foi aí “que deflagrou a revolução de 1820 — que implantou o regime liberal em Portugal —, a revolução de 1828 — que tentou em vão impedir o regresso do absolutismo — e, finalmente, que lá eclodiu em 1891, a primeira revolta republicana” (Saraiva, 1996). Esta imagem de cidade guerreira e resistente marca o destino histórico da cidade que ganha também, a partir dos anos 60, a reputação de cidade contestatária do centralismo de Lisboa. Albano Sarmiento, em 1963, lamenta o estado de letargia em que o Porto se encontra comparando-o a Lisboa. “Para um portuense que vai frequentemente a Lisboa, analisa os melhoramentos ali introduzidos e considera a evolução que se vai verificando, duas atitudes são possíveis: ou o desânimo com a convicção que nada há a fazer para o Porto, que temos de o deixar entregue aos seus tristes fados, e pensarmos em mudar para Lisboa, ou então a determinação decidida e firme, de trabalhar e batalhar para o manter na trajectória que os antigos lhe traçaram”. Esta imagem de cidade contestatária, reforçada em anos mais recentes, tem vindo a ser apresentada como um elemento emblemático não só da cidade mas de uma região que tem na “Invicta” o seu centro gravitacional e que leva o Porto a procurar fazer justiça à sua fama de “Capital do norte” a que Daciano se refere (1965). Nesta imagem de cidade contestatária, que pretende ser a consciência de uma região face a um “Poder central” que não reconhece a sua devida importância, há um símbolo da cidade que se destaca, particularmente a partir dos anos 80. Já nos anos 70 o Futebol Clube do Porto era referido por Guido Monterey como o clube mais representativo da cidade: “Vão as primícias cidadinas para o *Futebol Clube do Porto*, o clube com mais destaque, com maior número de apaniguados e com mais títulos conquistados dentro dos inúmeros desportos que pratica.” (1972)

Mas é a partir dos anos 80, com a conquista dos títulos de campeão europeu e de campeão intercontinental, que o Futebol Clube do Porto passa a ser

⁸ José Hermano Saraiva constata também que em Guimarães “o crescimento urbano fez-se para fora e o núcleo medieval chegou até hoje sem a vandalização que foi regra quase geral” (1987).

representado como o clube que “transporta o desejo colectivo de afirmação de uma identidade regional” (Fernandes, 1985).

“Neste momento e no caso presente do Futebol Clube do Porto, para lá da sua mística própria de bipolarizador de massas à volta de um ideal clubista em maré alta de êxitos, transporta também o desejo colectivo de afirmação de uma identidade regional no espaço nacional, que poucas vezes o poder reconhece de facto, pese embora a indiscutível evidência que ressalta do conjunto de indicadores económicos, sociais e culturais da região norte e da cidade do Porto em particular.” (Fernandes, 1985)

Noutra vertente representacional, o Porto é conhecido como “Cidade do trabalho”, a “Manchester portuguesa”, numa alusão metafórica à cidade industrial inglesa. Esta imagem de cidade dinâmica e laboriosa é muito antiga e acompanha o desenvolvimento da cidade. Já em 1926 Aurora Castro defendia que “a vida activa e laboriosa do portuense torna a cidade do Pôrto o segundo centro comercial português, e, sob o ponto de vista industrial, sendo uma cidade essencialmente fabril, coloca-a em nível superior ao de Lisboa, pelo que tem merecido, sem favor, o título de <Manchester portuguesa>”. Em 1934, Euletério Cerdeira constatava que “o Pôrto foi e é uma cidade industrial cheia de iniciativas que muito tem contribuído para o desenvolvimento progressivo do país.” As explicações para este dinamismo definem um outro traço identitário da cidade. “Cidade de população laboriosa, tendo em seu semblante e deixando transparecer nas atitudes, o vinco dos seus antepassados, na intransigente defesa da liberdade, honradez e franqueza (Júlio Resende *apud* Carvalho, 1997). Para além das características paisagísticas e monumentais, que, no Porto como noutras cidades, constituem traços identitários da cidade, a identidade da “Cidade Invicta” é definida pelo próprio carácter empreendedor dos seus habitantes.

O portuense não é só o habitante do Porto. Em discursos que promovem uma interpretação mítica da identidade da cidade, o portuense, o “tripeiro”, com as suas idiossincrasias, o sotaque, o calão, o bairrismo, a hospitalidade, um carácter tão frontal quanto honesto, é supostamente reconhecido onde quer que esteja. Essa figura, que com o seu carácter “fez do granito e com o granito uma cidade de pedra com rosto humano”, é de tal maneira um traço identitário do Porto que parece impossível imaginar uma outra gente a viver nesta cidade (Silva, 1996). Na verdade, é essa “cidade de pedra com rosto humano”, que parece imprimir a quem nela tem ou cria raízes uma marca e um carácter singulares e próprios dominados por sentimentos intensos de identificação, que torna “o Porto uma Nação”.

“O Porto é uma cidade de identidades, dá-se bem com a espessura da história, imprime a sua marca a todos os que gera e propõe essa marca espessa a todos quanto a demandam. Não há, pois, surpresa se, ao contrário de tantos outros centros de acolhimento, integra com facilidade os recém chegados e os transforma em portuenses. É que, cativando gente do mesmo passo que vê partir muitos dos seus, o Porto habituou-se a duplas ancoragens: sugere a quem vem do Douro ou do Minho ou da Beira que continue duriense, minhoto ou beirão, aprendendo-se como tripeiro; e lembra aos naturais que partem a sacralidade da sua raiz primordial. Assim é que o Porto cria portuenses e há portuenses nos quatro cantos do país.” (Silva, 1996)

Sendo o portuense um traço identitário da cidade, esta imposição de uma marca colectiva espessa remete potenciais personagens históricas para um segundo plano no domínio das representações da cidade veiculadas pelas monografias. O Porto transmite a vários níveis uma imagem de “Cidade popular”, desde as

Festas de S. João (um dos seus símbolos mais reconhecidos) aos discursos “bairristas”, que parece ser avessa à afirmação de grandes figuras históricas. Ainda assim, o Infante D. Henrique é uma das figuras históricas recorrentemente mais identificada com o Porto. Porém, o Porto não deixa de ter os seus símbolos nem estes deixam de ser quase consensuais no seu papel de referentes da cidade. “Os símbolos da cidade são o barco rabelo, a barroca Torre dos Clérigos e as pontes metálicas centenárias” (Carvalho, 1997). O Palácio de Cristal, por representar “o esforço, o amor e o carinho com que os portuenses iniciam e impulsionam as suas empresas” (Castro, 1926), é também, sobretudo até à década de 50, um dos principais símbolos dessa cidade empreendedora, industrial e trabalhadora.

Símbolo incontornável do Porto é, sem dúvida, o Douro. A ele estão ligados, física ou simbolicamente, alguns dos símbolos mais importantes da cidade: as pontes, a Ribeira, o barco rabelo e o vinho do Porto.

“Se todas as terras do mundo tinham o seu cartaz gustativo — queijadas, ovos moles, arrufadas, morcelas e pão de ló, para dar alguns exemplos —, o Porto tinha dois. Um, grosso, terroso, sujo como a trivialidade da natureza — as tripas; outro, subtil, etéreo, imponderável como a própria magia — o vinho fino. Bem sei que nem as tripas são fundamentalmente a comida desta terra, nem o vinho generoso nasce nas suas ruas. Mas o facto de Portugal e o mundo ligarem os dois nomes ao nome que designa este burgo, tornava evidente a justeza da síntese.” (Torga, 1950)

O vinho do Porto, símbolo de uma região, é também símbolo de uma imagem internacional da cidade. Faz também parte de uma imagem gastronómica, juntamente com as tripas, que o Porto difunde desde há muito. Comer à moda do Porto é entregar-se a um repasto abundante e bem regado e “quem já foi ao Porto e lá almoçou ou jantou, deliciou-se com certeza saboreando alguns belos petiscos, daqueles que não esquecem mais.” (Arriaga, 1961: 15)

2. Caracterização das cidades pelos seus habitantes

2.1 As lógicas de auto-representação

Quadro 1
Auto-Representação da cidade

	Aveiro	Braga	Coimbra	Guimarães	Porto
Centro histórico	18,0	56,2	57,3	80,2	76,2
Centro de serviços	10,6	7,9	10,9	8,9	15,0
Centro universitário	48,6	32,1	87,8	4,1	11,4
Centro industrial	43,7	10,9	5,4	35,9	15,4
Centro cultural	9,2	8,8	15,4	13,1	16,1
Centro turístico	38,8	27,8	9,4	27,8	14,2
Centro de comércio	30,9	49,8	10,6	19,5	39,6
Não sabe, não responde	0,6	2,3	0	1,2	4,0

Fonte: Inquérito

O quadro 1 mostra que Coimbra é a cidade que mantém com maior evidência os traços identitários que tínhamos identificado através das análises monográficas.

Se todas as dinâmicas de modernização criam os seus traços identitários e os seus símbolos, essa manutenção dos traços identitários não pode ser dissociada das avaliações negativas a que Coimbra, mais que nenhuma outra cidade, é sujeita.⁹ A centralidade que a imagem tradicionalista de Coimbra assume nas representações mais recentes da cidade acaba por sujeitá-la a um desgaste que reforça a ideia de não modernização. Coimbra está claramente sob um efeito de reprodução de imagens. 87,8 % dos seus habitantes inquiridos (o valor mais elevado do quadro 1) consideram-na como sendo um centro universitário, e já só 57,3% a consideram um centro histórico.

Este efeito de reprodução de imagens já não é tão marcante nas outras cidades, onde emergem novos traços identitários e novas formas de representação e, por conseguinte, o processo de modernização se torna mais evidente. A este nível é sintomático que a opção “centro universitário” tenha sido a mais escolhida (48,6%) pelos habitantes de Aveiro para caracterizar a cidade e a terceira mais escolhida (32,1%) pelos habitantes de Braga.¹⁰ Tratando-se de Universidades de recente implantação, por oposição a Coimbra, a saliência que esta dimensão representacional ganha no domínio da caracterização dessas duas cidades não pode deixar de causar desgastes significativos na imagem de uma cidade a quem a Universidade conferia um traço identitário exclusivo e, por conseguinte, uma áurea de capitalidade. Encontramos aqui uma explicação para a perda de “capacidade de afirmação no país” que, segundo os residentes inquiridos em Coimbra terá afectado a sua cidade nos últimos dez anos. Esta explicação torna-se ainda mais plausível se considerarmos que a presença secular da Universidade e dos universitários é um dos principais factores de mitificação da cidade e da sua história que agora parece estar sujeita a um processo de desencantamento por via do aparecimento de novas Universidades. Este desgaste da imagem de Coimbra não é, convém salientá-lo, algo de recente. Já nas monografias históricas Coimbra aparece como uma cidade que, pela centralidade da Universidade, está sujeita a avaliações negativas. Como diz Miguel Torga (1950), referindo-se ao conservadorismo da Universidade, uma vez que não tem “capacidade formativa, a Universidade desperta, por isso mesmo, uma presente necessidade de reacção. E é negativamente que acaba por fazer chispar a centelha criadora em todos aqueles que por ela passam e, desiludidos, a abandonam ou guerreiam”.

À excepção de Aveiro todas as outras cidades se auto-representam como “centros históricos” confirmando, assim, a importância que o factor antiguidade assumia nas representações predominantes nas monografias. Em Guimarães (80,2%), no Porto (76,2%) e em Braga (56,2%) é a opção mais escolhida para caracterizar a cidade. Não admira, por isso, que as cidades sejam também representadas pelos seus habitantes como destinos turísticos. Aveiro, a única cidade marítima entre as cinco aqui analisadas, é a cidade que recolhe mais

⁹ A avaliação que os residentes das cinco cidades fazem da evolução recente dos lugares que habitam pode ser consultada em Fortuna e Peixoto (2002, no prelo).

¹⁰ Em Aveiro, são sobretudo aqueles que aí residem há menos anos que representam a cidade como centro universitário. Embora esta representação resulte, em parte, das respostas dos alunos que demandam Aveiro para efectuar os seus estudos superiores, o que os leva a pensar na Universidade acima de tudo, esse efeito não é suficiente para negar o peso simbólico que a Universidade está a adquirir nas novas formas de representação da cidade. O facto de serem aqueles que habitam a cidade há menos anos que mais a representam como centro universitário prova que a Universidade se está a tornar uma referência mais importante que muitas outras que no passado tinham eventualmente mais prestígio. Não é por acaso que 48,6% dos residentes locais representam a cidade como centro universitário, quando 43,9 % daqueles que aí residem há 20 anos ou mais, mas 88,2% dos que aí residem há entre 5 e 9 anos, partilham essa representação.

registos nessa dimensão representacional (38,8%), seguida por Braga e Guimarães, pelo Porto e, com menor relevância estatística, por Coimbra. Mas estas cidades não são apenas atractivas enquanto destino turístico. Elas são também vistas como centros de comércio capazes de atrair visitantes da região envolvente, particularmente Braga (49,8%), o Porto (39,6%) e Aveiro (30,9%). Curiosamente, e confirmando que a importância económica e funcional estão longe de coincidir com a importância simbólica, apesar da estrutura do emprego revelar que uma grande parte da população activa está empregada no sector terciário (particularmente em Coimbra e no Porto), a representação das cidades enquanto centros de serviços não assume grande relevância estatística, limitando-se a 15% no Porto e 10,9% em Coimbra. O Porto (16,1%) e Coimbra (15,4%), seguidas por Guimarães (13,1%), são também as urbes que recolhem valores mais elevados quando se avalia a dimensão representacional “centro cultural”. Confirmando ainda lógicas representacionais já presentes na análise monográfica, constatamos que as cidades mais representadas actualmente como centros industriais são Aveiro (43,7%) e Guimarães (35,9%), que são duas das cidades com as percentagens mais elevadas de população activa empregue no sector secundário. Este facto revela que as representações das cidades estão, em maior ou menor grau, sujeitas a efeitos de conjuntura, uma vez que modificações na estrutura do emprego têm reflexos na representação, embora estejamos muito longe de poder decalcar a estrutura representacional a partir da estrutura do emprego.

Mas qual a transversalidade social das representações dominantes em cada cidade? Numa resposta curta a esta questão podemos adiantar que neste ponto as respostas são ainda mais socialmente segmentadas do que no que respeita à avaliação das mudanças recentes em cada cidade. A variável sexo, por exemplo, condiciona desde logo algumas formas de representar as cidades. Aveiro é um centro industrial sobretudo para os homens (48,3%) e um centro de comércio sobretudo para as mulheres (39,3%). A representação de Braga como centro histórico é mais feminina (62,7%) que masculina (48,7%).

A idade continua a ser neste ponto uma variável importante a considerar. Centro universitário para 48,6% dos seus residentes, Aveiro merece essa distinção para 64,7% dos seus residentes que contam entre 20 e 24 anos. Por outro lado, são os mais idosos (55,2%) que mais representam Aveiro como um centro industrial, fazendo supor que esse traço identitário terá tido no passado um peso relativo maior, dado que só para 34,1% dos mais novos Aveiro é representada como tal. Tal como em Aveiro, em Braga a representação da cidade como centro universitário é também mais comum entre os mais jovens (42%) e mais rara entre os mais velhos (20,8%). A imagem de Aveiro, 10,9% dos bracarense e 10,9% daqueles que têm entre 25 e 34 anos representam a cidade como centro industrial. A partir daí, essa percentagem vai aumentando até aos 17,8% à medida que avançamos nos escalões etários e vai diminuindo quando recuamos nos escalões etários, alcançando 0% no escalão etário dos 15 aos 19 anos. É nos grupos etários mais avançados que Braga é mais representada como centro histórico (73,5), ao passo que é entre os mais jovens que a cidade é sobretudo vista como centro cultural (15,9%) e como um destino turístico (cerca de 40% dos que têm 24 anos ou menos). Coimbra, avassaladoramente caracterizada como centro universitário (87,8%), é-o ainda mais entre os mais jovens (96,7% contra 81,2% dos mais velhos). E ainda que mais de 90% da população conimbricense considere que Coimbra não é um centro industrial, 21,6% dos que têm mais de 65 anos é desse modo que a representam. Já em Guimarães, onde 73,8% da população activa está empregada no sector secundário, a representação da cidade como centro industrial (promovida por 35,9% dos residentes locais) é típica da população em idade activa. Cerca de metade (50,5%) dos residentes que contam entre 25 e 34 anos e 48,5% daqueles que têm entre 45 e 64 anos, contra 15,9% dos que contam 65 anos ou mais e apenas 5,9% dos que têm entre

15 e 19 anos, difundem essa representação da cidade. O Porto que não é visto como centro industrial pela generalidade dos seus residentes (84,6%), é-o ainda menos pelos seus residentes mais jovens (94,3%). Para os mais jovens, mais do que para a generalidade da população, o Porto é representado como um centro cultural (32,2%), parecendo confirmar que nos últimos 10 anos a cidade ganha novas faces por via das profundas metamorfoses da sua vida cultural (Lopes, 2000), e como um destino turístico (24,1%). Embora haja uma tendência nas cinco cidades para serem os mais jovens que menos representam a cidade em que residem como centro industrial e que mais a encaram como centro cultural ou centro universitário, por si, isto não significa que haja formas de representações que se estejam a tornar mais importantes que outras. O que é notório é que parece ser muito nítida a separação existente em cada cidade entre as representações dominantes junto das gerações mais novas e as representações partilhadas pelas gerações mais antigas. No fundo, a representação que os indivíduos fazem da cidade que habitam não nos revela apenas a forma como eles a vêem. Revela-nos também o modo como a viveram, como a vivem e as próprias expectativas que ela lhes alimenta.

A representação da cidade varia claramente de acordo com o nível de estudos. De uma maneira geral a caracterização da cidade como centro universitário é dominante junto daqueles que frequentaram a Universidade e menos importante entre os mais desprovidos de recursos educacionais. É assim em Aveiro (65,2% contra 30%), em Braga (48,9% contra 15,7%) e no Porto (22% contra 7%). A segunda forma mais comum de representar Aveiro (centro industrial para 43,7% dos respondentes) é dominante entre aqueles que têm menos que a quarta classe. Mas em Guimarães, onde esta é também a segunda forma mais escolhida para representar a cidade (35,9%), são os mais escolarizados (60%) que, em oposição aos menos escolarizados (23,2%), partilham esta forma de representação. Braga, essencialmente vista como um centro histórico (56,2%), é assim que é caracterizada por 68,6% daqueles que têm menos que a quarta classe e por 43% dos que dispõem de mais recursos educacionais. Já em Guimarães, a representação da cidade como centro histórico é ainda mais dominante entre os grupos mais escolarizados (91,7% dos que frequentaram o ensino superior politécnico e 100% dos diplomados pela universidade).

2.2 As cidades e os seus símbolos

A facilidade em identificar os traços da identidade local estende-se ao domínio dos símbolos que sobressaem em cada cidade, quer estejamos a referir-nos a monumentos, a instituições ou a pessoas. Assim, a Aveiro e a Coimbra que são essencialmente vistas pelos seus habitantes como centros universitários relevam os símbolos dessa representação, como Braga, Guimarães e o Porto, representados sobretudo como centros históricos, elevam à posição de *ex-libris* elementos das paisagens urbanas congruentes com essa imagem de centro histórico.

O Museu de Aveiro, a Sé de Braga, a Universidade de Coimbra, o Castelo de Guimarães e a Torre dos Clérigos são imediatamente identificados como os principais monumentos em cada uma das cinco cidades. Todos eles foram referidos por mais de 60% dos inquiridos como fazendo parte dos dois monumentos que mais identificam a cidade. Em Braga e em Guimarães, o Bom Jesus e o Passo Ducal disputam com a Sé e o Castelo a posição de monumento simbolicamente mais representativo da cidade. Se a importância simbólica destes referentes identitários não é estranha relativamente ao que tínhamos constatado através das análises monográficas, Coimbra encontra aqui mais uma razão para estar tão claramente sujeita a um processo de reprodução de imagens. Enquanto — como veremos — noutras cidades a Universidade é identificada como a principal instituição local, afirmando-se, assim, como um elemento que está a

contribuir para um processo de criação de novas imagens e protagonismos, em Coimbra a monumentalização da Universidade é reveladora da manutenção de um discurso representacional que parece ter-se sedimentado.

A Universidade é elevada em Aveiro, em Coimbra e em Braga ao papel de instituição mais importante da cidade. Em Guimarães, onde existe apenas um pólo da Universidade do Minho, ela aparece apenas em terceiro lugar, ao passo que no Porto, onde a dimensão da cidade torna os estudantes e a vida académica menos visíveis, a Universidade ganha ainda menos relevância simbólica. Na cidade berço a instituição considerada mais importante é o Hospital, seguida de perto pelo Vitória. A Câmara Municipal, que é colocada em segundo lugar pelos aveirenses e pelos bracarenses, é vista no Porto como a principal instituição da cidade. Na Invicta, como em Guimarães, a segunda instituição considerada mais importante é o clube mais representativo da cidade: o Futebol Clube do Porto. A valorização simbólica das instituições permite pôr em evidência algumas das velhas e das novas imagens que as cidades analisadas têm vindo a difundir, constituindo-se ao mesmo tempo como um bom indicador para identificarmos os protagonistas dos processos de transformação da identidade simbólica destas cidades.

Entre os protagonistas que podem ser destacados salientam-se as Universidades, as Câmaras Municipais, os Clubes de Futebol e os Hospitais. Embora não possamos nem queiramos negar de forma alguma a importância efectiva que estas instituições desempenham em cada uma das cidades em que elas se destacam, devemos sublinhar que é também e sobretudo pela sua importância simbólica que são indicadas como as instituições mais importantes das cidades. Ao nível dos discursos representacionais as instituições ganham importância pela capacidade que têm em afirmar e promover a cidade. A Universidade que torna a cidade mais mediática, como supostamente acontece em Aveiro, por exemplo, não é nisto muito diferente da Câmara do Porto ou do Futebol Clube do Porto, que, há data da realização do inquérito, eram geridas pelos dois líderes locais que mais gozavam da fama de alimentar a rivalidade com Lisboa. Coincidência ou não, as duas cidades onde os clubes de futebol são apontados como uma das duas instituições mais importantes, e as únicas duas em que a Universidade não merece esse destaque, Guimarães e Porto, são aquelas em que, nos últimos anos, mais têm sido projectadas, nacional e internacionalmente, pelos seus clubes de futebol mais representativos. Coincidência ou não, a Académica, uma das instituições mais destacadas nas monografias históricas, mas que nos últimos anos só pontualmente tem disputado o principal campeonato nacional de futebol, não aparece entre as instituições mais realçadas pelos conimbricenses. Por sua vez as Câmaras Municipais parecem evidenciar-se por se tornarem o símbolo da evolução positiva que, segundo os inquiridos, ocorreu em todas as cidades nos últimos dez anos e que constatámos acima. Os hospitais¹¹, que, pela relevância dos serviços que prestam à comunidade, seriam supostamente mais importantes que qualquer outra instituição, não são alvo de uma valorização simbólica tão significativa porque não desempenham um papel tão activo no processo de afirmação e de promoção das cidades.¹²

¹¹ Recordemos que o Hospital é apontado como a instituição mais importante em Guimarães, como a segunda mais importante em Coimbra e a terceira mais importante nas restantes cidades.

¹² Coimbra, que é a cidade onde o Hospital Universitário recolhe a importância percentual mais significativa (39,3% — do mesmo nível de importância que a Câmara Municipal tem no Porto ou a Universidade em Braga), tem nessa instituição um instrumento de promoção regional e nacional da cidade. A recente campanha “Coimbra — Capital da Saúde” é promovida à luz da imagem e da reputação que Coimbra goza enquanto centro hospitalar.

Se a valorização simbólica das instituições nos mostra que enquanto em algumas cidades as instituições consideradas mais importantes são aquelas que reproduzem as imagens mais antigas, enquanto noutras cidades as instituições distinguidas são aquelas que estão a recriar a imagem local ou a difundir novas imagens, a designação das individualidades simbolicamente mais importantes em cada cidade parece ser um bom indicador para avaliarmos o peso do passado e do presente no processo de transformação identitária em curso nas cidades analisadas.

O Porto que difunde uma imagem de cidade contestatária do centralismo de Lisboa elege como principais símbolos ao nível das individualidades Fernando Gomes e Pinto da Costa. Esta escolha corrobora aquilo que dissemos atrás quando dos debruçámos sobre a análise monográfica. A história do Porto não é feita de grandes personagens históricas. O herói local é o portuense, aquele que afirma a especificidade da cidade, que promove os seus sinais de “bairrismo”, e que está disposto a ser um guerreiro omnipresente na defesa do carácter e dos interesses locais. Braga coloca no pedestal (62,7%), citado pelo nome em pergunta aberta (e não pela função), Mesquita Machado, um dos presidentes camarários que há mais tempo exerce essas funções. O presidente da edilidade bracarense é mesmo a individualidade que recolhe uma percentagem mais elevada entre todas aquelas que foram indicadas nas cinco cidades como principais símbolos locais. Em Guimarães, António Magalhães (o presidente da edilidade) foi referenciado como a segunda figura mais emblemática (25,1% dos inquiridos citam-no pelo nome e 13,1% pela função), e em Aveiro Girão Pereira, ex-presidente da Câmara, aparece em terceiro lugar. Esta relevância simbólica conferida aos presidentes dos municípios não pode deixar de ser vista como um indicador da modernização que as cidades portuguesas têm vindo a conhecer por via da actuação do poder local.

A eleição das individualidades que são vistas como símbolos locais mostra-nos ainda a força de imagens mais antigas. Em Guimarães, D. Afonso Henriques é de longe identificado como o principal símbolo entre as individualidades da cidade. Em Braga, “a cidade que reza”, D. Eurico Dias Nogueira (o arcebispo, à data de realização do inquérito) e o Cónego Melo aparecem respectivamente em terceiro e quarto lugares como as individualidades mais citadas. Tal como Guimarães, Coimbra e Aveiro privilegiam personagens históricas, a Rainha Santa, na cidade do Mondego, e José Estêvão, em Aveiro.

Conclusão

As cidades ganham nomes para além do nome que têm. São designações amplamente difundidas e socialmente partilhadas que, retiradas da paisagem social, geográfica ou histórica, a todos permitem identificá-las sem que o seu nome seja referido. Essas representações dominantes, que assumem a forma de estereótipos, podem dizer-nos algo sobre a identidade da cidade, ainda que a identidade apreendida por essa via possa ser amplamente fantasiada, romantizada ou distorcida. Nessa medida, os estereótipos, porque muitas vezes desfasados da realidade, funcionam mais como um instrumento de identificação e de referenciação e menos como uma característica identitária. A facilidade com que os estereótipos são frequentemente reproduzidos dificulta a compreensão de uma das dimensões mais importantes da realidade urbana: os processos de transformação identitária das cidades. O objectivo deste texto passa, assim, por procurar perceber e caracterizar a evolução dos discursos representacionais relativos a cinco cidades portuguesas do Norte e Centro Litorais (Aveiro, Braga, Coimbra, Guimarães e Porto), evidenciando os elementos locais que em

diferentes momentos se tornam símbolos mais ou menos consensuais da identidade local.

Uma conclusão geral deste texto é que as duas últimas décadas são, nas cidades em análise, particularmente férteis nos domínios da imposição de novos símbolos urbanos e da eclosão de novas formas de representar as cidades. Esta transformação da identidade simbólica das nossas cidades caracteriza-se quer por um processo de reprodução de símbolos e imagens, mais evidente numa cidade que noutra, quer por um processo de (re)criação de novos símbolos e imagens, que confere a algumas cidades dimensões representacionais que estão a ganhar ascendente face a representações dominantes num passado recente.

Por outro lado, se nos processos de referenciação das cidades se destacam claramente características identificadoras que se tornam socialmente abrangentes e se os principais símbolos da identidade local suscitam grande consensualidade, as representações que são produzidas sobre cada uma das cidades não deixam de ser socialmente segmentadas. As cidades são, para além daquilo que são no seu plano tangível e material, realidades socialmente apropriáveis e imaginadas, suscitando muitas vezes imagens contraditórias ou conflituais e assumindo, nessa medida, uma identidade difusa e mutável. Os recursos educacionais, a fase do ciclo de vida e o lugar de nascença tornam-se muitas vezes mais importantes que o factor tempo para analisarmos as diferenças dos discursos representacionais.

O processo de transformação identitária das cidades tem os seus actores, e estes, protagonistas da mudança ou capazes de promover e afirmar a cidade, afirmam-se como o novo poder simbólico dominante. No caso das urbes estudadas os actores da transformação da identidade simbólica que sobressaem são as Universidades, as Câmaras Municipais, os Clubes de Futebol e os Hospitais. O papel destes actores no reforço da identidade local, no desenvolvimento da auto-estima e no incremento da urbanidade é não só notório e, na maioria dos casos, recente, mas também divergente na sua importância de cidade para cidade.

Referências Bibliográficas

- AAVV (1998), *Guimarães: cidade património mundial*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.
- Arriaga, Noël (1961), *Porto*. Col. Turismo nº 3, s.l., Edições Publicações Turísticas.
- Ascher, François (1998), *Metapolis: acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Borges, Nelson Correia (1987), *Coimbra e região*. Lisboa: Editorial Presença.
- Brotchie, John; Batty, Mike; Blakely, Ed; Hall, Peter e Newton, Peter (Org.) (1995), *Cities in Competition: Productive and Sustainable Cities for the 21st Century*. Melbourne: Longman Australia.
- Cachada, Armindo (1999), *Guimarães — Festas da cidade e Gualterianas*. s.l.: Elo.
- Carrancho, António Júlio (s.d.), *Aveiro, cidade bela. Versos populares e humorísticos*. Aveiro: s.e..
- Castro, Aurora Teixeira de (1926), *Monografia da cidade do Pôrto*. Porto: Oficinas da secção de publicidade do Muséu Comercial anexo ao Instituto Superior de Comércio de Lisboa.
- Cerdeira, Euletério E. A. (1934), *Pôrto, a cidade*. Barcelos: Portucalense Editora.
- Comissão de Coordenação da Região Centro [CCRC] (1998), *Viajar pelas Beiras*. CD-ROM.
- Costa, Luís (1982), *Braga ontem (Pequenos subsídios para a história da cidade)*. Braga: Ed. do autor e da Câmara Municipal de Braga.
- Daciano, Bertino (1962), *O Porto e a província do Douro litoral*. Porto: Ed. Liga Portuguesa de Profilaxia Social.
- Daciano, Bertino (1965), “O Porto — síntese da sua evolução histórica”, Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXVIII.
- Dinis, Calderon (1965), *Braga e o seu distrito*. Lisboa: Editorial Publicações Turísticas, Vol. 1.
- Fernandes, António Teixeira; Esteves, António Joaquim; Dias, Isabel; Lopes, João Teixeira; Mendes, Maria Manuela; Azevedo, Natália (1998), *Práticas e aspirações culturais dos estudantes da cidade do Porto*. Porto: Edições Afrontamento/Câmara Municipal do Porto.
- Fernandes, José Gomes (1985), *O Porto, cidade diferente*. Porto: Associação dos Jornalistas e Homens de Letras.
- Ferreira, Claudino (1998), “A exposição mundial de Lisboa de 1998: contextos de produção de um mega evento cultural”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 51, 43-67.
- Ferreira, Vitor Matias (Org.) (1997), *Lisboa, a metrópole e o rio*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Fortuna, Carlos (1997), “Destradicionalização e imagem da cidade”, in Carlos Fortuna (Org.), *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta Editora, 231-257.
- Fortuna, Carlos (1999), *Identidades, percursos, paisagens culturais*. Oeiras: Celta Editora.

Fortuna, Carlos e Silva, Augusto Santos (2001) “A cidade do lado da cultura: espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural” in Boaventura de Sousa Santos (Org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Afrontamento.

Fortuna, Carlos e Peixoto, Paulo (1997), “A reconversão simbólico-funcional dos centros históricos: o caso de Évora”, Actas do IV Encontro Nacional dos Municípios com Centro Histórico, *Regionalização e Identidades Locais: a preservação e reabilitação dos centros históricos*, Lisboa, Edições Cosmos, 219-234.

Fortuna, Carlos e Peixoto, Paulo (2002), “A recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas” in Carlos Fortuna e Augusto Santos Silva (Org.), *Projecto e circunstância: culturas urbanas em Portugal*. Porto: Afrontamento (no prelo).

Galès, Patrick le (1995), “Du gouvernement des villes à la gouvernance urbaine”, *Revue Française de Sociologie Politique*, vol. 45, 1, 57-95.

Gartner, William C. (1997), “Image and Sustainable Tourism Systems”, in Salah Wahab e John J. J. Pigram (Org.) *Tourism, Development and Growth; the challenge of sustainability*, London and New York, Routledge, 179-196.

Gaspar, João Gonçalves (1997), *Aveiro na história*. Aveiro: Ed. da Câmara Municipal de Aveiro.

Gaspar, Jorge (Org.) (1998), *Cidades médias. Imagem, quotidiano e novas urbanidades*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos (policopiado).

Governo Civil de Aveiro [GCA] (1989), *Aveiro, ria, mar, terra e gentes*. Aveiro: Governo Civil de Aveiro.

Governo Civil de Braga [GCB] (1985), *O distrito de Braga: actividades económicas, poder local, turismo, projectos de desenvolvimento*. Braga: Governo Civil de Braga.

Haughton, Graham e While, Aidan (1999), “From Corporate City to Citizens City? Urban Leadership After Local Entrepreneurialism in the United Kingdom”, *Urban Affairs*, Volume 35, número 1/Setembro.

<http://www.ua.cmaveiro> (1998), Site da Câmara Municipal de Aveiro.

Jodelet, Denise (1989), “Représentations sociales: un domaine en expansion” in Denise Jodelet (Org.), *Les Représentations Sociales*. Paris: P.U.F..

Kotler, Philip; Haider, Donald H. e Rein, Irving (1993), *Marketing Places – Attracting Investment, Industry, and Tourism to Cities, States, and Nations*. New York: The Free Press.

Lopes, João Teixeira (2000), *A cidade e a cultura. Um estudo sobre práticas culturais urbanas*. Porto: Edições Afrontamento.

Machado, Fernando Falcão (1974), *Geografia rifoneirista de Portugal*. Lisboa: s.e..

Monterey, Guido de (1972), *O Porto, origem, evolução e transportes*. s.l.: Edição do autor.

Namora, Fernando (1943), *Fogo na noite escura*. Coimbra: Coimbra Editora.

Nunes, Henrique Barreto (1989), *Património cultural e histórico: o distrito de Braga 1989*. Braga: s.e..

Oliveira, Eduardo Pires (1983), *O S. João: breve antologia histórica*. Braga: Edição Soares dos Reis.

Rancho das Salineiras (1953), *Visite Aveiro. A Veneza de Portugal*. Aveiro: Tipografia Papelaria Gráfica Aveirense.

Saraiva, José Hermano (1987), *Itinerário português: o tempo e a alma*. Lisboa: Gradiva.

Saraiva, José Hermano (1996), "A história do Porto", in *Guia Expresso das cidades e vilas históricas de Portugal*.

Santos, Helena; Faria, Margarida Lima de; Abreu, Paula (1998) *Hábitos culturais e práticas de lazer da população do concelho de Aveiro*. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Faculdade de Economia da Universidade do Porto (policopiado).

Santos, Helena; Abreu, Paula; Silva, Augusto Santos; Luvumba, Felícia; Fortuna, Carlos; Ferreira, Claudino; Peixoto, Paulo (1999) "Consumos culturais em cinco cidades: Aveiro, Braga, Coimbra, Guimarães e Porto", *Oficina do CES*, 146.

Santos, Helena e Abreu, Paula (1999), "Culturas e cidades: espaços, dinâmicas, públicos. Algumas pistas de análise", *Oficina do CES*, 152.

Sarmento, Albano do Carmo Rodrigues (1963), *O grande Porto*, Separata de *O Tripeiro*. Porto: s.e..

Silva, Lino Moreira da (1991), *Guimarães e as festas Nicolinas*. s.l.: Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães.

Silva, Augusto Santos (1995), "Políticas culturais municipais e animação do espaço urbano. Uma análise de seis cidades portuguesas", in Maria de Lourdes Lima dos Santos (Org.), *Cultura & Economia*. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 252-270.

Silva, Augusto Santos (1996), "O que o Porto é", *Público* (edição de 12/12/96).

Silva, Augusto Santos (1998), "A dimensão cultural da relação de Portugal com a União Europeia", *Portugal na transição do milénio (colóquio internacional)*. Lisboa: Fim de Século, 205-215.

Silva, Augusto Santos; Luvumba, Felícia; Santos, Helena; Abreu, Paula (1998) *Públicos para a cultura, na cidade do Porto*. Porto: Edições Afrontamento/Câmara Municipal do Porto.

Silva, Augusto Santos; Fortuna, Carlos; Santos, Helena; Ferreira, Claudino; Abreu, Paula; Peixoto, Paulo; Luvumba, Felícia (1999), *Culturas urbanas e imagens das cidades: recursos, práticas e acontecimentos culturais em algumas cidades portuguesas*. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Faculdade de Economia da Universidade do Porto (Relatório para a JNICT).

Souto, Alberto (1952), *Aveiro*. Porto: Edições Marques Abreu.

Torga, Miguel (1950), *Portugal*. Coimbra: s.e..

ANEXO

Dados de caracterização da amostra do inquérito por cidade

		A	B	C	G	P
SEXO	Masculino	46,9	46,6	45,1	47,8	44,5
	Feminino	53,1	53,4	54,9	52,2	55,5
IDADE	15-19	11,9	9,3	7,3	13,6	8,4
	20-24	9,2	15,1	12,8	11,7	11,5
	25-34	20,6	25,8	24,5	18,2	17,0
	35-44	17,6	15,2	12,1	21,3	17,1
	45-64	25,2	21,0	30,8	26,3	33,9
	65 e mais	15,4	13,6	12,5	8,9	12,1
	CONCELHO DE NASCIMENTO	Concelho de residência	60,0	75,6	57,9	89,1
Outro concelho do distrito		10,6	7,2	11,9	6,8	9,3
Outro concelho do país		25,0	16,8	26,0	3,6	15,5
ANOS DE RESIDÊNCIA NA CIDADE	0 a 4	7,3	5,5	6,1	1,2	2,4
	5 a 9	4,6	6,6	3,9	0,6	2,7
	10 a 19	20,9	14,2	19,4	18,6	11,4
	20 ou mais	66,1	72,0	70,5	78,1	82,9
RESIDIU NOUTROS LOCAIS	Sim	44,7	32,1	56,1	14,4	30,9
	Não	52,6	55,4	43,2	80,3	62,8
NÍVEL DE ESTUDOS	Menos que a 4ª classe	10,8	7,0	11,4	11,3	8,0
	1º ciclo/4º ano/4ª classe	24,7	27,4	22,9	33,7	35,5
	2º ciclo/6º ano/Preparatório	19,0	21,6	12,8	26,1	11,7
	3º ciclo/9º ano/5º ano	20,9	19,6	15,8	14,3	15,5
	12º ano/7º ano	8,4	9,4	13,3	7,3	11,7
	Ensino Superior Politécnico	3,8	3,1	7,2	2,6	4,6
	Ensino Universitário	12,5	11,8	16,6	4,6	13,2

Nota: Quando a soma das dimensões das categorias da coluna da esquerda não atinge os 100% isso deve-se às taxas de "não resposta".

A – Aveiro; B – Braga; C – Coimbra; G – Guimarães; P – Porto.